

Em busca da distinção inquestionável – discursos e justificação de nobreza (Pernambuco: 1761-1807)

Daniela Pereira Bonfim*

Na América Portuguesa a dimensão informal e as relações de poder locais influenciavam a conformação das hierarquias locais, que não eram determinadas valendo-se apenas dos princípios presentes no Reino. Nesse trabalho, buscamos analisar os discursos sobre a nobreza produzidos durante o Antigo Regime através de uma análise preliminar de alguns tratados de nobreza produzidos nesse período. Apresentaremos também uma investigação inicial sobre a presença dos nobres em Pernambuco colonial especialmente entre finais do Setecentos e primeiros anos dos Oitocentos, através da análise dos processos de justificação de nobreza. A distinção social conferida àqueles que ocupavam as posições cimeiras da hierarquia social ainda estavam presentes no Império Português apesar das transformações sociais, culturais e políticas ocorridas na segunda metade do século XVIII. Dessa forma, buscamos compreender qual era a importância desses indivíduos que ocupavam posições privilegiadas no cenário colonial, de que maneira alcançaram essa posição, como confirmavam/justificavam sua posição de nobre. Para isso, analisaremos as características individuais e familiares desses nobres, as formas que esses indivíduos utilizavam para se identificar como nobre e a relação que mantinham com o Reino.

Na Espanha moderna foram forjados os estatutos de limpeza de sangue que alcançaram aceitação por toda a Península Ibérica em várias instituições do Antigo Regime que adotaram tais critérios de forma diferenciada entre si e com variações ao longo do tempo. Na América Portuguesa e Espanhola esses critérios de limpeza de sangue também foram formas importantes de reserva de cargos em determinadas instituições e influenciavam na conformação do quadro da nobreza local. De acordo com a medicina hipocrático-galênica predominante no período moderno, o sangue era o humor mais refinado dos quatro humores constitutivos do corpo humano, os outros sendo a fleuma, a bile amarela ou cólera e a bile negra ou melancolia. Assim, encontrava-se o sangue na fronteira do corporal com o espiritual e serviria de veículo para o "espírito", intermediário entre o corpo e a alma.

Acreditava-se que o sangue era resultado de uma filtragem das impurezas corporais e sendo transmitido ao longo das gerações distinguiam-se o "sangue nobre e ilustre" do "sangue vil e infecto". Quando a filtragem das impurezas do corpo que origina o sangue não era eficaz,

* Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

advinham indivíduos com características corporais grosseiras, pesadas e lentas. Nos indivíduos com aspectos de apuramento, leveza e espiritualização, o processo de filtragem do sangue fora bem-sucedido, dando espaço à noção de "pureza de sangue". Logo, existiam compleições físicas favoráveis ao exercício das qualidades intelectuais e morais, e outras que dificultariam esse exercício (JOUANNA, 2011: 21-40).

Na Península Ibérica, durante o período moderno, a noção de "pureza de sangue" recebeu um componente distintivo influenciado pelas diferenças entre o sangue judeu, mouro e cristão. O sangue, por ser a melhor das substâncias corporais, transmitia sob a forma de sêmem (que era considerado a quintessência do sangue), a própria essência do ser. O sangue teria então, a função de transmitir características corporais, mas também os pensamentos e inclinações dos ascendentes. A partir dessas premissas, estabeleceu-se na Europa Moderna um imaginário que associava as características físicas, mas também a personalidade, à transmissão hereditária e que veio a influenciar nas posições sociais ocupadas pelos sujeitos na hierarquia social.

Na Espanha moderna, a partir do século XV, foram forjados os estatutos de limpeza de sangue que alcançaram aceitação por toda a Península Ibérica em várias instituições do Antigo Regime que adotaram tais critérios de forma diferenciada entre si e com variações ao longo do tempo. Nessas instituições, os cargos de honra eram ocupados em sua grande maioria pelos cristãos-velhos que restringiam o acesso dos grupos considerados inferiores. Ainda que alguns membros desses grupos chegassem a ocupar, na prática tais postos, criaram-se ao longo do período moderno, uma série de restrições ao acesso dos grupos considerados inferiores, a saber, cristãos-novos, mouros, mulatos e indígenas.

A noção de limpeza de sangue se relaciona com a ideia de honra, esta última considerada a base da nobreza. O pensamento antigo indicava que todos os homens foram formados da mesma massa sendo todos iguais na virtude. Contudo, o vício e a malícia levaram alguns a tornaram-se plebeus e baixos, ao passo que outros se tornaram conhecidos e notáveis pelas suas virtudes, ou seja, nobres. As noções de diversos autores da Antiguidade Clássica e, sobretudo percebidas em Aristóteles influenciaram os tratados nobiliárquicos do período moderno Em Jerônimo de Osório, autor dos *Tratados da Nobreza Civil e Cristã,* de 1542, encontramos sua fundamentação sobre a natureza e origem da nobreza onde esta última seria definida como "a índole natural que é inata nas almas mais excelentes, índole que, se estimada e confirmada pela antiguidade dos tempos alcança esplendor e senhorio de todo o género" (OSÓRIO, 1996: 107).

Em 1631 foi publicado o tratado *Origem da nobreza politica, blasoes de armas, appellidos, cargos & titullos nobres* de Álvaro Ferreira de Vera. A preocupação do autor, como evidencia o título da obra é a origem política da nobreza, assim para Vera, a nobreza era atribuída pelo Príncipe, como remuneração dos serviços - a virtude -, apesar de a linhagem e a antiguidade terem valor enquanto critério de nobreza. Ao explicar sobre a grande estima dos fidalgos de linhagem, Vera afirma que isso ocorre "não porque a linhagem seja causa eficiente, como o é a virtude remunerada pelo Príncipe, se não porque já o Príncipe enobreceu aquela geração em cabeça do primeiro e lhe deu a eles a mesma nobreza". Sendo assim, os "que são nobres por linhagem, não têm mais privilégios que o primeiro daquela sua linhagem. Porém, tem uma estima maior por se haver aquele seu princípio dilatado e continuado nos descendentes com a propagação natural e antiguidade no tempo". Dessa forma, para o autor, "quanto mais se dilatar e mais antiguidade tiver, tanto de mais estima irão cobrando os descendentes deste primeiro autor da tal nobreza" (VERA, 2005: 24).

Nobreza e pureza de sangue se relacionam, e a avidez pela primeira fomentou a produção de tratados genealógicos. Se durante os séculos XVI e XVII os tratados de nobreza produzidos destacavam a importância do sangue como transmissor fundamental dos valores nobres, a partir dos Setecentos, passava-se a reconhecer a importância da crescente nobreza civil ou política, aquela criada pelo rei e atingida através de méritos individuais.

O tratado de nobreza produzido por Antonio Vilas-Boas Sampaio, *Nobiliarchia portuguesa*, publicado em finais do século XVII descreve a hierarquia da nobreza, enfatizando as diferenciações entre os títulos (duques, condes, marqueses, viscondes, etc) e as origens dessas distinções, ou seja, os serviços na guerra e administração do reino.

Ao remontar à fundação do mundo, Vilas-Boas Sampaio aponta que todos eram iguais em nobreza. Porém, o homem herdou de Adão o pecado e a variedade de inclinações. Assim, os homens passaram a se distinguir, devido ao livre arbítrio e dessa maneira podiam se diferenciar dos demais. A natureza elevada desses homens seria manifestada por "façanhas feitas na guerra ou na administração da república" (SAMPAIO, 1676: 18). Sendo esses nobres capazes de autorizar a corte e seu príncipe, refere-se às cortes de Lamego, sendo lá definidas as leis que determinavam o prêmio da nobreza, a honra e seu oposto, o castigo. De acordo com o autor, "estimaram os portugueses, consideravam que para os feitos heroicos não havia melhor galardão que a honra, e para os delitos não havia maior pena que a privação da nobreza"

(SAMPAIO, 1676: 20). Os reis deveriam então desenvolver títulos como rico-homem, conde, duque, barão, visconde e junto com eles o prenome "dom", escudeiro ou fidalgo. Sendo os nobres os mais distintos, a eles também cabia o governo. E a hierarquia era universal, pois "não só as nações políticas traziam em si divisas de sua nobreza, mas também as gentes mais bárbaras do mundo observam esse estilo" (SAMPAIO, 1676: 23). Refere-se aí ao Congo, Brasil e às Índias e ao imperador asteca Montezuma. Todos assim procediam por distinção natural.

Logo em seguida a nobreza se dividiria em: nobreza hereditária ou de linhagem e nobreza civil ou política. A primeira referindo-se à já mencionada sucessão pelo sangue e a segunda relacionada a ocupação de cargos importantes no exército e na administração.

Apesar de destacar a primazia do sangue, a obra de Luiz da Silva Pereira Oliveira, *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*, de 1806, passou a valorizar a ideia de mérito, seguindo a tendência verificada nos Setecentos. Para isso, o autor destacava a importância da nobreza civil ou política, tendo dedicado inclusive nove capítulos de sua obra a este tipo de nobreza. A importância dos ofícios de militares, magistrados, administradores, letrados, eclesiásticos, indivíduos ligados ao comércio, navegação e agricultura foram mencionados como relevantes para a prosperidade do Reino (OLIVEIRA, 1806). Assim, ao gerarem riqueza ou contribuírem para o estado, os indivíduos ligados a essas ocupações poderiam receber títulos de fidalgo ou hábitos de cavaleiro. Nas possessões ultramarinas, a fidelidade foi recompensada pela monarquia, tanto pelos serviços militares prestados quanto pelos serviços relacionados ao conhecimento (RAMINELLI, 2008).

Através dos tratados de nobreza produzidos durante o Antigo Regime é possível verificar a importância da questão do sangue e linhagem para a definição de nobreza, porém gradativamente a noção de mérito e riqueza foi ganhando espaço e contribuindo para a nobilitação. No caso da América Portuguesa, a dimensão informal e as relações aí estabelecidas contribuíram para que se formasse uma nobreza diferente da nobreza titulada presente no Reino. O alargamento da base da nobreza, já indicada por Nuno Monteiro, se deveu à adesão a ideia de mérito e riqueza para a nobilitação. Enquanto no topo da nobreza, os titulados eram cada vez em número mais reduzido, ocorreu um aumento do número de cavaleiros das Ordens Militares e de concessão de foros de fidalgo (MONTEIRO, 1995). Os processos de justificação de nobreza partiam exatamente dessa camada, cada vez mais numericamente expressiva, que possuía necessidades de confirmar sua nobreza.

As petições de justificações de justificação de nobreza para que se pudesse requerer brasão de armas nos informam sobre o perfil dessa parcela de nobres. O Cartório da Nobreza, onde estavam depositados os brasões de armas e documentos sobre casas importantes de Portugal teve seu acervo destruído durante o terremoto de 1755. Portanto, não é possível acessar toda a documentação a esse respeito, apenas o material restante depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo relativo aos processos de justificação de nobreza de solicitantes do Reino e do ultramar relativo e que se refere especialmente aos anos posteriores ao terremoto, a partir de 1761 principalmente, até o período da transferência da Família Real para o Brasil em 1808.

Buscando conservar a história e memória das linhagens em Portugal, os reis mandavam pintar brasões de armas das principais famílias portuguesas. Para requerer os brasões de armas de suas famílias, indivíduos da baixa e média e nobreza enviavam petições para que se fosse analisada sua condição de nobre e assim sua solicitação pudesse ser atendida. Os processos de justificação de nobreza são muito simples, com identificação inicial e informação da solicitação do suplicante. Seguem-se informações de caráter burocrático sobre as instituições que irão analisar o pedido e uma descrição das declarações do solicitante informando diversos detalhes. Dentre esses detalhes, são significativas as informações sobre: sua ocupação profissional, nomes dos pais e avós e suas ocupações profissionais, onde foi batizado e qual a origem de seus antepassados. Em alguns processos menciona-se a importância da família e destacam-se feitos considerados honrosos de algum antepassado mais notável e eventuais serviços prestados ao rei. Há a menção do fato do suplicante e seus antepassados nunca terem cometido crime de lesa majestade seja de natureza divina ou humana. Em seguida, menciona que os antepassados não possuem “sangue infecto nem de raça de mouro, mulato”, o que ocorre principalmente nos documentos até da década de 1760 até 1798. Após esse ano, até o momento não encontramos outro processo com tal menção. Acreditamos que possa ser devido às repercussões do fim da adoção dos critérios de limpeza de sangue nas instituições portuguesas, o que ocorre em 1773, mas tais ideias continuam de alguma forma presentes até mesmo depois da extinção formal da distinção. Nos processos de justificação de nobreza, é destacada a importância do cumprimento das atividades profissionais do solicitante, quando essas são ligadas ao serviço da monarquia. Outro aspecto sempre indicado é a presença das qualidades necessárias para “viver ao modo da

nobreza", que incluía a posse de criados, cavalos na estribaria, escravos e propriedades, não tendo exercido ofício mecânico[1].

Nos processos existem também relatos das testemunhas, uma vez que era conferida grande importância ao reconhecimento social do solicitante na comunidade. A "fama" do indivíduo era socialmente construída e podia ser relativa de acordo com a comunidade que o sujeito pertencia, mas era aspecto relevante na confirmação da nobreza. Nos relatos das testemunhas são sempre mencionadas as honras, cargos e privilégios das mesmas, assim como declarações de homens notáveis na capitania, ocupantes de altos cargos avalizando o comportamento e nobreza do suplicante. No final dos processos de justificação de nobreza, a sentença informa o pedido do suplicante, a aceitação do pedido, a identificação dos escrivães, e em alguns processos há algumas informações complementares ou documentos anexos, como comprovações do batismo do suplicante, etc.

Em um levantamento inicial sobre os processos de justificação de nobreza em Pernambuco entre 1761 e 1807, analisamos os documentos relativos a 28 indivíduos. Desses processos foi possível reunir dados relativos à ocupação profissional dos solicitantes.

Tabela 1- Categorias sociais dos indivíduos com processos de justificação de nobreza

Tipo Social - Nobres	**Quantidade**	**%**
Administração Real	1	4%
Bacharel	4	14%
Eclesiástico	3	11%
Fidalgo	1	4%
Militar	13	46%
Sem dados	6	21%
Total	**28**	**100%**

Fonte: ANTT, Casa Real, Processos de justificação de nobreza, diversos maços e documentos.

Bastante significativa é a predominância de militares entre aqueles que buscavam a comprovação de sua nobreza para solicitarem brasão de armas. Esses homens que prestaram serviços militares a monarquia e buscavam justificar sua nobreza procuravam apontar os

[1] Essas informações estão presentes em diversos maços e documentos em ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, processos de justificação de nobreza.

serviços também prestados por seus antepassados, especialmente através da atividade militar. Apesar de ser um número relativamente baixo de indivíduos que solicitaram essa comprovação de nobreza, consideramos importante investigar quem eram esses indivíduos para que possamos compreender a nobreza local pernambucana. Esses processos de justificação de nobreza relativos ao ultramar foram pouco analisados pela historiografia, no entanto, é possível que esses solicitantes sejam parte de uma média e pequena nobreza ciosa de ter sua condição de nobre reconhecida. As indagações que permanecem e podem ser esclarecidas com o desenrolar da pesquisa referem-se a: esses solicitantes possuíam antepassados com extenso histórico de serviços prestados ao rei, a comprovação de riqueza tornou-se importante ao longo do tempo, as atividades relacionadas a nobreza civil ou política tornaram-se predominante com o avançar das décadas?

Da amostragem consultada, em quase todos os processos onde foi possível identificar o local de nascimento, os solicitantes eram nascidos no Brasil; seria, portanto, necessário consultar outros fundos para confirmar essa tendência. Como exemplo de nascido na capitania de Pernambuco o processo de Francisco de Bezerra Cavalcanti e Albuquerque enfatiza a importância da ascendência familiar enraizada no poder local. Em processo de 1786, Francisco Albuquerque- nascido e morador na vila de Santo Antônio do Recife- solicitou sua justificação de nobreza em que menciona que seu pai e avô eram senhores de engenho na capitania e ocuparam postos militares. Francisco Albuquerque era bacharel formado pela Universidade de Coimbra e em seu processo há grande ênfase na importância de sua família, destacando-se o fato de seus ascendentes terem ocupado cargos públicos na Câmara, e especialmente o fato do solicitante ser "descendente legítimo de Antonio Cavalcanti de Albuquerque fidalgo cavaleiro da Casa Real e um dos restauradores de Pernambuco, quando esta capitania estava ocupada pelos holandeses"[2], o que contribuiu para o deferimento do processo.

Dentre os processos de justificação de nobreza disponíveis no fundo Casa Real – Cartório da Nobreza relativos a Pernambuco entre 1761 e 1807 a maioria declarou exercer atividades militares, o que também predominava entre os pais desses nobres. Dentre aqueles nobres que eram militares é ainda mais expressiva a presença de pais também militares. Do

[2] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza, mç 22, doc. 11. Arquivo Histórico Ultramarino, Pernambuco Avulsos, REQUERIMENTO do bacharel Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque à rainha [D. Maria I], pedindo o cargo de auditor do Regimento do Recife.

total de 28 nobres que solicitaram confirmação de nobreza, 13 deles possuíam pais que atuaram como militares[3].

A presença significativa de militares entre os nobres que solicitaram justificação de nobreza e sua ascendência se associava ainda à importância atribuída ao passado glorioso e que remontava aos conquistadores. No caso de Pernambuco a identificação com a açucarocracia era importante alegação para reconhecimento de seu status. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a açucarocracia era formada pelos primeiros colonos do tempo de Duarte Coelho que resistiram à ocupação holandesa, pelos antigos donos de engenhos que se refugiaram na Bahia e pelos novos donos luso-brasileiros que se refugiaram na Bahia durante o domínio neerlandês. A restauração do Nordeste a Portugal contou com o envolvimento dessa açucarocracia, que como se sabe, foi favorecida tendo sido recompensada pelo monarca por sua atuação nas guerras contra os holandeses (MELLO, 2003: 158-159).

Após a restauração, a Coroa determinou que as dívidas dos engenhos fossem negociadas entre os litigantes e não exigiu a devolução das propriedades aos antigos donos que deixaram a capitania durante o domínio dos Países Baixos. Seguidos anos de conflitos e disputas, o domínio da açucarocracia foi estabelecido frente às pretensões dos mascates. Esse grupo passou a se identificar como "nobreza da terra" com o objetivo de monopolizar o domínio local. Os descendentes dos antigos "principais" transformaram-se em "nobreza da terra" que se utilizava do recurso da genealogia para justificar tal condição (MELLO, 2003: 159). A atuação desses ascendentes nas guerras contra os holandeses era rememorada para conferir status a esse grupo. A virtude na guerra e os méritos dela advindos seriam transmitidos pelo sangue, valor primordial para a definição de nobreza, o que foi utilizado para a criação de um imaginário que reconhecesse a "nobreza" que não era respaldada pela monarquia através de títulos e honras.

A ideia da existência de uma nobreza não concedida pelo Rei esteve presente na capitania de Pernambuco, onde, como já mencionado anteriormente, membros da açucarocracia pernambucana passaram a utilizar a expressão "nobreza da terra" como autodesignação. Desse grupo faziam parte as ricas famílias ligadas à produção de cana-de-açúcar que lutaram nas guerras de expulsão dos holandeses ou atuaram na Câmara e posteriormente estiveram ligadas aos conflitos posteriores com os homens de negócio do Recife (MELLO, 2008: 155).

[3] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza.

Ao consolidar essa reflexão sobre a açucarocracia pernambucana, Evaldo Cabral de Mello indicou que a utilização tanto do conceito de classe como do de ordem auxiliariam uma melhor compreensão da transformação da açucarocracia, em que os elementos definidores da classe estariam ligados a uma situação de mercado- ou seja, a propriedade - para uma nobreza da terra, mais ligada à noção de ordem, sendo definida por uma noção de status (MELLO, 2003: 18). Verifica-se, portanto, a interpretação de matriz weberiana adotada pelo autor, uma vez que esta baseava-se nos conceitos de classe, estamento e partido (ou poder) para estabelecer critérios de estratificação social.

A divisão tradicional da sociedade em ordens ou estamentos durante o Antigo Regime é oriunda da teoria medieval das três ordens e se baseia na condição legal de cada indivíduo. Já a concepção marxista de uma sociedade estruturada em torno do conceito de classe, considera a posição econômica de cada pessoa com valor determinante para distinguir os indivíduos em categorias diferentes. Para compreender o processo de formação e consolidação das elites deve-se considerar o processo de estratificação social ao qual está ligado e entre os estudiosos do tema não há consenso entre quais critérios devem reger esse ordenamento da sociedade. De acordo com Ponce Leiva, é possível adotar um modelo de estratificação social cujo principal aporte seja introduzir no debate um enfoque multidimensional, o que enseja benefícios para essa análise, uma vez que esse modelo não recai apenas em fatores como atribuição legal ou condição de propriedade dos meios de produção, mas leva em conta fatores como: prestígio, laços de parentesco, educação, posição social, e econômica de cada pessoa (LEIVA, 1998: 23-24). Apesar de difíceis de reunir e mensurar, a utilização de um modelo que inclua esses aspectos nos parece auxiliar a compreensão do processo de estratificação social, especialmente no que se refere ao comportamento da nobreza.

Sobre o que denominou de “nobreza principal da terra” no Rio de Janeiro, João Fragoso identificou essa categoria entre os proprietários fluminenses entre fins do século XVI e meados do XVII que atuaram na conquista da terra contra índios e franceses e passaram a ocupar cargos de poder. O autor destaca a importância dessa “nobreza local”, que apesar de não respaldada pela monarquia atuava com prestígio e distinção social e se auto identificava como “pessoas mais nobres da dita cidade e governança dela” e “homens bons e pessoas nobres do governo da República” (FRAGOSO, 2001).

Outros estudiosos, especialmente uma parcela da historiografia ligada ao grupo que desenvolveu a ideia de Antigo Regime nos trópicos, enfatizaram a negociação entre centro e periferia indicando a capacidade de comunicação entre os poderes locais e o Reino através das Câmaras. De acordo com Maria Fernanda Bicalho, a manutenção do Império português estava baseada na ideia de conquista e era confirmada através da prestação e remuneração de serviços (BICALHO, 2003: 300-397).

Apesar dessas considerações sobre a existência de um grupo que se auto identificava enquanto nobreza, cabe ressaltar a diferença que existe entre a condição de nobre, elucidada nos tratados de nobreza e respaldada pelo Rei, do pertencimento a uma elite, em que apesar de apresentar prestígio, reconhecimento social e propriedades, a sua condição social numa sociedade de Antigo Regime não era a mesma de um indivíduo reinol nobre com reconhecimento de sua nobreza pelo Rei, fosse uma nobreza de linhagem ou nobreza civil ou política.

A solicitação de justificação de nobreza para requerer brasão de armas de 1798 do vigário na paróquia da Igreja de N. S. do Rosário da vila de Goyana João Carlos de Melo e Araujo é uma das que se referem aos antepassados restauradores, quando menciona que:

> *seu bisavô João Avorado(?) de Azevedo foi capitão de cavalaria em Pernambuco na guerra que houve com os holandeses e se portou com tanto valor sendo um dos restauradores da mesma capitania e pelo relevante serviço que fez a Coroa de Portugal foi Sua Majestade servido promovê-lo para um governo do Reino de Angola*[4].

Através do recurso às genealogias buscaremos identificar o quanto a ascendência de restauradores era importante para o deferimento do processo de justificação de nobreza. Com os dados recolhidos até o momento identificamos a presença de seis nobres relacionados à linhagem dos Albuquerque. Exemplo disso ocorre no processo de justificação de nobreza do bacharel Francisco de Brito Beserra Cavalcanti e Albuquerque de 1786 "descendente legítimo de Antonio Cavalcanti de Albuquerque fidalgo cavaleiro da Casa Real e um dos restauradores de Pernambuco, quando esta capitania estava ocupada pelos holandeses[5]".

A relevância das famílias tradicionais da capitania é destacada em outros processos, assim como o destaque à limpeza de sangue. No processo de João Luis da Serra Cavalcanti e Albuquerque encontramos referência ao fato do solicitante "ser legítimo descendente das

[4] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza, mç 34, doc. 12.
[5] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza, mç 22, doc. 11.

famílias dos Cavalcantis e Albuquerques, pessoas de limpo sangue e cristãos velhos, sem raça de mouro, mulato ou judeu, tratando-se a lei da nobreza, com criados, armas e cavalo (...)"[6]. Essa justificação de nobreza foi solicitada em 1766, quando ainda não havia entrado em vigor o decreto que colocava fim à diferenciação social pelos critérios de limpeza de sangue de 1773. Contudo, podemos perceber o apego a tais critérios nos processos até os últimos anos do século XVIII, como na solicitação de Manuel Carlos de Abreu e Lima de 1784 em que informa ser "livre de toda infecta nação, sem que nunca os seus antepassados servissem ofícios mecânicos"[7]; ou ainda na já mencionada solicitação de João Carlos de Melo e Araujo de 1798 onde diz o suplicante que ele " seus pais e avós são pessoas nobres de limpo sangue sem raça de infecta nação e se tratam e se trataram a lei da nobreza com escravos (...)[8]".

Ainda sobre a referida solicitação de Manuel Carlos de Abreu e Lima encontramos menção à ausência de oficiais mecânicos entre seus antepassados segundo suas declarações no processo. Durante o Antigo Regime, a sociedade que tinha em sua estrutura senhorial o modelo da cavalaria cristã, a noção de honra era fundamental para hierarquizar os indivíduos e orientar a inserção social. Sendo a honra a característica primordial da nobreza, seu oposto, o "defeito mecânico" era relativo ao trabalho manual. A realização de alguma atividade manual levava à desqualificação do sujeito e de seus descendentes. Portanto, o "defeito mecânico" quando aplicado jurídica ou estatutariamente impôs restrições à inserção de trabalhadores manuais, limitando a participação política dos "oficiais mecânicos".

Nos casos em que não estava previsto nos estatutos como uma restrição, o "defeito mecânico" podia continuar atuando como uma barreira, pois era considerado o avesso da honra. Tradicionalmente, a origem da expressão "defeito mecânico" está ligada à concepção tripartite da sociedade medieval em oratores (clérigos), belatores (guerreiros) e laboratores (trabalhadores). Os trabalhadores trariam como herança a expiação da culpa do pecado de Adão (SANTOS, 2005: 49). Dessa maneira, a necessidade de trabalhar com as mãos para sustentar-se e a não-propriedade de bens como armas, cavalos, criados e terras era considerado o contrário da honra.

Para J. A. Maravall a noção de honra fora um fator fundamental para a estruturação das sociedades monárquico-senhoriais (MARAVALL, 1989). A honra tornou-se instrumento de

[6] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza mç 2, doc. 7.
[7] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza mç 20, doc. 26.
[8] ANTT, Casa Real, Cartório da Nobreza, Processos de justificação de nobreza mç 34, doc. 12

poder sobre pessoas e bens passando a ser elemento constitutivo das sociedades no Antigo Regime. Na época medieval acreditava-se em uma divisão natural definida por preceitos divinos no que se refere à divisão em estamentos. Já no período moderno, a divisão entre clero, nobreza e povo tornou-se insuficiente para identificar os estratos sociais. A posição social e o reconhecimento da honra eram determinados corporativamente, por pertencimento a um grupo e não de forma individual (MARAVALL, 1989: 27).

A historiografia sobre nobreza tem apontado duas principais vias para a ascensão social: a riqueza e o serviço ao rei. Segundo Enrique Soria Mesa, o nível de fortuna permitia adquirir poder e status local, sendo assim um caminho para o enobrecimento. Através da riqueza era possível até mesmo comprar a reconstrução da memória familiar ligando-as a uma tradição e linhagem (SORIA MESA, 2007: 33-34).

Na América Portuguesa, além dos hábitos das ordens militares e da ocupação de cargos na Câmara que lhes conferiam o status de "mais honrosos da República", os outros indivíduos não contavam com respaldo jurídico para pertencerem à nobreza, e se eram reconhecidos como nobres era de maneira informal pelos membros de sua comunidade local. Ainda segundo Raminelli:

> *nem sempre se emprega esta distinção, razão para proliferar as nomeações "nobreza", "nobreza da terra", "principais da terra" para súditos nem sempre respaldados pelos estatutos jurídicos. Entre os nossos historiadores, na colônia, os nobres, por vezes, eram concebidos como mera elite, ou quando muito moradores descendentes dos conquistadores, ricos, isentos de defeitos de sangue e mecânico (RAMINELLI, 2013: 86).*

Outros estudos importantes sobre a nobreza durante o Antigo Regime foram propostos por Nuno Monteiro que buscou abordar as casas e o patrimônio da aristocracia em Portugal entre meados do século XVIII e a primeira metade do século XIX. As principais casas aristocráticas em Portugal nesse período eram aquelas que lutaram em favor da nova dinastia após a aclamação e durante as Guerras de Restauração (1640-1668). Dessa forma, os principais cargos e doações régias concentraram-se nessas casas que dominavam presidências de conselhos, missões diplomáticas, postos importantes do exército, governos no ultramar e cargos eclesiásticos superiores. Assim, aponta Nuno Monteiro que a pirâmide nobiliárquica tendeu a se tornar extensa e diluída na base e concentrada e estabilizada no topo, o que passou a ocorrer especialmente a partir da aclamação da nova dinastia em 1640. O topo era representado pela

nobreza titulada da corte, os chamados grandes, que cada vez mais se afastavam da pequena e média nobreza ou da nobreza de província (MONTEIRO, 1998: 332).

Através de uma análise comparativa entre a nobreza da América portuguesa e da América hispânica, Ronald Raminelli buscou compreender espaços onde se estabeleceram conjuntos heterogêneos de nobres que geralmente não possuíam o mesmo poder e status que seus similares na Península Ibérica. O autor analisou as diferentes categorias de nobres existentes no ultramar e as estratégias utilizadas para ingressar na nobreza ou manter seu status e privilégios. A inexistência de nobres titulados que pertenciam à alta nobreza na América portuguesa era traço distintivo em relação à América hispânica, onde especialmente em Lima tal presença podia ser identificada. O mais próximo dessa alta nobreza eram os nobres que possuíam hábitos das ordens militares ou ocupavam os "cargos mais honrosos da República". Na América portuguesa o acesso a nobreza era mais restrito que na América hispânica onde a prática da venalidade dos títulos esteve mais disseminada (RAMINELLI, 2015).

Sem o mesmo prestígio que os nobres no Reino, a nobreza instalada na América portuguesa ou hispânica raramente possuía sangue distinto ou eram oriundos das linhagens mais importantes. Muitos eram pessoas mais humildes que se utilizaram do dinheiro para ascender e de variadas formas tentou-se limitar o poder das nobrezas do ultramar a fim de controlá-las para que não se convertessem em uma ameaça à ordem colonial. A dificuldade dos nobres no Novo Mundo em manter a honra e patrimônio da família por muitas gerações, segundo Raminelli era marca desse grupo que não usufruíam dos mesmos privilégios que os nobres no Reino. A transformação do perfil geral da nobreza na América portuguesa também é apontada, uma vez que entre os séculos XVI e XVII os conquistadores e seus descendentes ocupavam os postos nas Câmaras e desfrutavam das mercês régias enquanto entre os séculos XVIII e XIX aumentava a importância da riqueza para ascender socialmente, dando impulso aos homens de negócios que passaram a ocupar importantes cargos e obterem mercês régias.

Fontes e Bibliografia

FONTES MANUSCRITAS:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Casa Real, Cartório da Nobreza
  Processos de justificação de nobreza

    - Chancelaria da Ordem de Cristo
      Livros 18 a 94

    - Habilitações da Ordem de Cristo
    - Habilitações do Santo Ofício

FONTES IMPRESSAS:

COUTO, Dom Domingos Loreto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.

BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano. *Nobiliarquia pernambucana*, 2 v. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da província de Pernambuco*, 2 v. Recife: Secretaria da Justiça, Arquivo Público Estadual, 1977.

JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria. *Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerques e Cavalcantis em Pernambuco e Caramuru na Bahia*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1889.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

OSÓRIO, Jerónimo. *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*. Lisboa: INCM, 1996.

SAMPAYO, Antonio de Villasboas e. *Nobiliarchia Portugueza*; tratado de nobreza hereditária, & política. Lisboa: Oficina Francisco Vilella, 1676.

SANCHES DE BAENA, Augusto. *Archivo heraldico-genealogico*. Lisboa: Typographia Universal, 1872.

SANTIAGO. Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno da eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. Recife: CEP, 2004.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

VERA, Álvaro Ferreira. *Origem da Nobreza Política*. Lisboa: Livro Aberto, 2005.

BIBLIOGRAFIA

BICALHO, Maria Fernanda. Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América Portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, novembro 2005.

_____. *A cidade e o império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BÜSCHGES, Christian. "Introducción".In: id. & SCHRÖTER, Bernd.(eds.). *Benméritos, aristócratas y empresários*: identidades y estructuras sociales de las capas altas urbanas en América hispânica. Madri/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 1999.

CARSTEN. F. L. "A nobreza de Brandeburgo e da Prússia dos séculos XVI a XVIII: ordem, casta ou classe social". In: MOUSNIER. Roland (org.). *Problemas de estratificação social*. Lisboa: Cosmos, 1998.

COSTA, Fernando Dores da. "A nobreza é uma elite militar? O caso Catanhede-Marialva em 1658-1655". In: MONTEIRO, Nuno; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima Pars*. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CRUZ, Miguel Dantas da. *O Conselho Ultramarino e a administração militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo)*: política, finanças e burocracia. Tese de doutorado. Lisboa: ISCTE, 2013.

DOMINGUES, Ângela. "Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos". In: id. Monarcas, Ministros e *Cientistas*: mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial. Lisboa: CHAM, 2012.

DUTRA, Francis. "Centralization x Donatorial Privilege: Pernambuco, 1602-1630". In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973.

FRAGOSO, João. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João, BICALHO; Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. A nobreza vive em bando: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). Algumas notas de pesquisa. In: *Revista de História*, nº 15, Niterói: UFF, 2003.

HEINZ, F. (org.). *Por outra História das Elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

HESPANHA, Antonio Manuel. A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos séculos XVI a XVIII. In: *Penélope*: Fazer e desfazer a História. Lisboa, ed. Cosmos, n. 12, 1993.

_____. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. In: *Revista Tempo*, n. 21, 2006

JOUANNA, Arlette. "O imaginário do sangue e de sua pureza na antiga França". In: *Revista Tempo*, v. 30, p. 21-40, 2011.

LEIVA. Pilar Ponce. *Certezas ante la incertidumbre*: Élite e Cabildo de Quito em el siglo XVII, Quito: Abya-Yala, 1998.

MARAVALL, J. A. *Poder, honor y elites em el siglo XVII*. Madrid: Siglo XXI, 3ed, 1989.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____. "A escravidão moderna nos quadros do Império português: O Antigo Regime em perspectiva atlântica" in: João Fragoso et alii, O Antigo Regime nos Trópicos, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

MELO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio*: o imaginário da restauração pernambucana. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. *A fronda dos mazombos*: nobres contra mascates, Pernambuco: 1666-1715. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. São Paulo: Editora 34, 3.ed., 2007.

_____. O nome e o sangue. Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. "Pernambuco no período colonial" in: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez & STARLING, Heloísa (orgs.). Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MONTEIRO, Nuno G. *O Crepúsculo dos Grandes*: A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

_____. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. In: *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 2, novembro 2005.

OLIVAL. Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno*. Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

RAMINELLI. Ronald. *Viagens Ultramarinas*. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. In: *Revista de História*: São Paulo, nº 169, jul/dez. 2013.

RICUPERO. Rodrigo. *A formação da elite colonial*. Brasil c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Alameda, 2008.

REMOND, René (dir.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da & HESPANHA, António. "A Identidade Portuguesa". In: MATTOSO, José (dir.); HESPANHA, A. M. História de Portugal, volume 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SANTOS, Georgina. *Ofício e sangue* – A irmandade de São Jorge e a Inquisição na Lisboa Moderna. Lisboa: Edições Colibri/ ICIA, 2005, p. 49.

SICROFF, Albert A. *Los estatutos de limpieza de sangre:* controversias entre los siglos XV y XVII. Madrid, Taurus Ediciones, 1985.

SILVA. Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SORIA MESA, Enrique. *La nobleza em la España Moderna*. Cambio y continuidade. Madrid: Marcial Pons, 2007.

SOUZA, George Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial*: la Cámara municipal de Recife (1710-1822). Tese de Doutorado. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2007.

_____."A gente da governança do Recife colonial: perfil de uma elite local na América Portuguesa (1710-1822)". In: FRAGOSO, João & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*: séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

_____.*Tratos e Mofatras*: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 – c. 1759). Recife: EDUFPE, 2012.

WEBER, Max. "Classe, Estamento, Partido". In: id. *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982, 5ª ed.

YUN CASALILLA, Bartolomé. "Mal avenidos, pero juntos. Corona y oligarquias urbanas em Castilla en el siglo XVI". In: BENASSAR, Bartolomé et al. *Vivir el siglo de oro*: poder, cultura e historia en la época moderna. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.

_____. "Entre el imperio colonial y la monarquía compuesta. Élites y territórios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)". In: id. (dir.). Las Redes del Império: élites sociales en la articulación de la monarquía hispânica, 1492-1714. Madri: Marcial Pons, 2008.